



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

7.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Presidente: Exmo. Sr. Ivo Mendonça

Secretário: Exmo. Sr. Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas e 55 minutos.

No quadro da análise na especialidade, a 3.ª Comissão Especializada Permanente deu início à apreciação conjunta, na especialidade, das propostas de lei n.ºs 25 e 26/X/7.ª/2017 — Grandes Opções do Plano e Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2018, vendo o orçamento da Presidência

da República. Fizeram uso da palavra, além dos Srs. Ministros da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Afonso Varela), das Finanças, Comércio e da Economia Azul (Américo Ramos), os Srs. Deputados Carlos Correia (ADI) e Jorge Correia (PCD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 12 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que damos início a esta reunião da Comissão, que se debruçará sobre a discussão, na especialidade, da proposta de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado.

Eram 9 horas e 55 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem

Carlos Manuel Cassandra Correia

Ivo Mendonça da Costa

Joaquim Salvador Afonso

Mário Fernando de Jesus Rainho

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Vasco Gonçalves Guiva

Partido da Convergência Democrática (PCD):

Jorge Dias Correia

O Sr. **Presidente**: — Antes, uma nota prévia. Tal como havia avançado ontem, na reunião da Comissão em que preparámos a agenda desta discussão na especialidade, a posição do MLSTP/PSD era no sentido de que só iria participar da discussão na especialidade, caso fizesse presente a comunicação social, neste caso a Rádio Nacional, e com a transmissão directa desta sessão.

Entendemos que a discussão na especialidade do Orçamento Geral do Estado é uma consequência da discussão na generalidade, tanto que o próprio Regimento prevê de que é um acto público, no seu artigo 211.º ponto 2, Debate na especialidade, que passo a referir: «Para efeitos do n.º1, as reuniões da comissão são públicas, sendo o debate integralmente registado e publicado». Reparem bem que este ponto tem duas partes. A primeira parte refere-se ao n.º1, «as reuniões da comissão são públicas». Reuniões da comissão de quê, de debate na especialidade, conforme o artigo 211.º, primeira e segunda partes. «Sendo o debate integralmente registado e publicado». Isto é uma observância da Casa, se regista as gravações e publica no *Diário da Assembleia Nacional*. Não se verificando e porque os serviços já me informaram que a transmissão pela Rádio não foi autorizada, tanto é que a carta que dirige ontem ao Presidente da Assembleia houve um indeferimento linear e imediato, cabia a mim, enquanto Presidente da Comissão, vir cá dar a conhecer aos demais membros da Comissão. Também foi enviada esta mesma carta com o despacho a todos os membros que colheram esta mesma carta e, por isso, temos que ser consequentes com as nossas acções de informar aos Srs. Deputados que, conforme a orientação política do meu Grupo Parlamentar, não faremos parte da discussão na especialidade do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano.

Obrigado.

Entretanto, abandonou a sala o Sr. Presidente da 3.ª Comissão, Vasco Guiva, tendo assumido a presidência o Sr. Deputado mais velho da Comissão, Ivo Mendonça.

O Sr. **Presidente** (Ivo Mendonça): — Sras. e Srs. Deputados, como a mesa está incompleta, agradeço que o Sr. Deputado faça parte da mesa.

Como viram, com a declaração do Sr. Presidente, é regimental o Deputado mais velho ocupe a presidência da mesa e dê continuidade aos trabalhos. E é isto que vamos fazer.

Agradeço aos serviços que chamem o Sr. Ministro, para darmos início aos trabalhos.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Caros colegas Deputados, gostaria de sugerir que suspendamos os trabalhos até encontrarmos, junto aos serviços, uma metodologia de trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado.

Tendo em conta esta situação, está suspensa a sessão, por 15 minutos.

Eram 9 horas e 45 minutos

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro reaberta a sessão.

Eram 10 horas e 40 minutos.

Segundo o nosso Regimento, temos o Sr. Deputado mais velho, que é o Sr. Deputado Jorge Correia e, por isso, convido o Sr. Deputado a presidir os trabalhos.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Eu peço ao Sr. Deputado Ivo para continuar, porque não estou em condições, em termos de saúde, e posso ter que sair, de um momento para outro, e não seria aconselhado.

O Sr. **Presidente**: — Neste caso, vou continuar os trabalhos.

Sr. Ministro, antes de mais, muito obrigado pela sua presença. Convido-o a fazer uma breve explanação do orçamento da Presidência da República.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares** (Afonso Varela): — Permita-me, Sr. Presidente, é verdade que o Gabinete do Presidente da República não está presente, mas está presente o Sr. Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul e julgo que, tratando-se de um orçamento que é fundamentalmente um orçamento de transferência, porque contrariamente aos nossos orçamentos, que são geridos directamente pelas Finanças, isto é, cada desembolso que pretendamos temos que fazer uma informação proposta às Finanças, não acontece com o orçamento da Presidência da República. Portanto, é um orçamento de transferência. Isto é, a Direcção do Orçamento do Ministério das Finanças transfere directamente as verbas e são eles que fazem a sua gestão quotidiana, salário e outros. Sendo assim, sugeria que o Sr. Ministro fizesse a apresentação destas transferências, os moldes e esclarecesse, se for necessário, assim cumpriríamos o calendário.

Esta é a minha sugestão.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro Afonso Varela.

Tem a palavra o Sr. Ministro Américo Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul** (Américo Ramos): — Muito bom dia, Srs. Deputados.

Realmente, como disse o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, a verba destinada à Presidência da República é inscrita no Orçamento Geral do Estado como transferência, uma vez que, como Órgão de Soberania, tem autonomia administrativa e financeira. Fazemos só a transferência das verbas e depois a gestão é feita pelo próprio sector.

Ao nível das despesas que foram colocadas à disposição da Presidência da República, temos despesas para os salários de cerca de 5 mil milhões, neste caso 5 153 milhões de novas dobras. Aqui está na antiga dobra, porque o orçamento foi preparado no ano anterior, daí que estes números serão convertidos automaticamente em novas dobras, cortando os três zeros. Daí que o montante destinado à Presidência da República são 5 153 milhões, para despesas com o pessoal, e outras despesas, 7 379 milhões.

Em relação a despesas, está também uma despesa no montante de 500 milhões, para cobertura das comemorações de 12 de Julho, como é o habitual, e ao nível do investimento colocamos uma verba de 500 milhões também para pequenas reparações do edifício da Presidência.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Ministro Américo Ramos.

Srs. Deputados, se quiser ter alguma intervenção, está aberto o espaço para algum esclarecimento.

Srs. Deputados, podemos avançar?

Não havendo perguntas, está encerrada a discussão do orçamento da Presidência da República.

Eram 12 horas e 40 minutos.

Estavam ausentes os seguintes Srs. Deputados:

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Deolindo Luís da Trindade da Mata

Maria das Neves Baptista de Sousa